

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.769 - RS (2019/0182518-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : APOMEDIL SA VEICULOS
ADVOGADOS : HENRIQUE MARCHINI - RS051297
JOSÉ FREDERICO ELY - RS054212
AGRAVADO : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : ADAILTON PORTO MONSON - RS072762
AGRAVADO : MARCELO DA SILVA CALDAS
ADVOGADOS : JORGE LUIZ GARCEZ DE SOUZA - RS029691
FRANCISCO FRIDOLINO MALLMANN - RS040504
GIULIANO DE SOUZA ORSO - RS052022
INTERES. : JOEL CECILIO DE JESUS

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 378/379):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE EM OFICINA MECÂNICA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. LESÃO CORPORAL. SENTENÇA REFORMADA.

Responsabilidade dos réus. Evidenciada a responsabilidade do motorista réu pelo acidente no caso em comento, pois conduziu o caminhão sem as cautelas necessárias para assegurar a segurança dos que circulavam no local, vindo a passar por cima do pé do autor. Ademais, ainda que o autor estivesse em local em que eram permitidas apenas pessoas autorizadas, os informantes, ao verem o demandante, permitiram que continuasse no mesmo local, não fazendo qualquer tipo de alerta quanto a sua posição. Assim, cabia à empresa apelada garantir que seus clientes e acompanhantes não transitassem em local perigoso, contudo não o fez, o que resultou no sinistro.

Danos morais. Indenização por danos morais devida, uma vez que atingida a integridade física do autor.

Quantum indenizatório. A contraprestação pelo sofrimento auferido tem a função de compensar a dor injustamente causada à vítima e servir de reprimenda ao agente para que não reincida em situações como a ocorrida, sendo necessária a observação das condições financeiras das partes, a gravidade do fato, além do grau de culpa no cometimento do ato ilícito. Quantum fixado em R\$15.000,00.

Danos estéticos. Conforme fotografias do laudo pericial de fl. 232, não há que se falar em danos estéticos, pois não foi constatada qualquer cicatriz ou deformidade oriunda da lesão sofrida pelo autor em razão do acidente.

Lucros cessantes. Diante da comprovação de que a vítima se afastou do trabalho, passando a receber auxílio-doença, mas ausente demonstração do quanto recebia mensalmente com seu labor e do valor que ficou recebendo a título de benefício do INSS, faz-se necessária a apuração do quantum indenizatório em futura liquidação de sentença. A quantia a ser alcançada ao autor deve corresponder à diferença entre o salário pago na data do acidente e o valor do benefício previdenciário.

Pensionamento. A redução da capacidade laborativa da vítima ou inabilitação, seja total ou parcial, para a profissão que ela exercia, à época do fato, autoriza a concessão da pensão vitalícia. Ocorre que, conforme laudo pericial de fls. 230-233, a sequela existente no pé direito do autor não compromete sua capacidade laboral, tanto que, após a recuperação da lesão, voltou a exercer a profissão de motorista.

Denúnciação à lide: não há que se falar em responsabilização da denunciada, vez que a

apólice contratada não prevê cobertura para o acidente ocorrido. Pelo que vai improcedente a denúncia.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos pelo autor/apelante, Marcelo da Silva Caldas, restaram acolhidos para sanar erro material, conforme ementa (e-STJ fl. 424):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. ERRO MATERIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS AO PROCURADOR DO APELANTE.

Mérito. Há erro material no acórdão embargado, uma vez que condenou o apelante ao pagamento dos honorários do procurador do apelado quando, na verdade, o patrono do recorrente que deveria receber a verba sucumbencial. Erro material sanado.

ACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração da ré, Apomedil S.A. Veículos, foram rejeitados, em julgado assim ementado (e-STJ fl. 429):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE *REFORMATIO IN PEJUS*.

Não há no acórdão embargado qualquer omissão, contradição ou obscuridade que sirva de alicerce para oposição dos embargos de declaração. O recurso de apelação devolveu toda a matéria para esta Colenda Câmara.

DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. UNÂNIME.

Em seu recurso especial (e-STJ fls. 438/446), fundamentado no art. 105, inc. III, alíneas "a" e "c", da CF, a ré, Apomedil S.A. Veículos, apontou dissídio jurisprudencial e ofensa ao art. 1.013 do CPC/2015, argumentando que (e-STJ fl. 442):

2.1.2 Veja que a sentença resolveu a lide principal e a denúncia, tendo, inclusive, fixado honorários de sucumbência na denúncia.

2.1.3 E quanto a essa sucumbência, da denúncia, a Cia Seguradora ora Recorrida não apelou, logo, não poderia o TJRS ter reformado a decisão nesse sentido, eis que não houve apelo, sob pena de ferir o artigo supra.

(...)

2.1.5 Portanto, o TJRS jamais poderia ter majorado os honorários de sucumbência da denúncia à lide, eis que a Cia Seguradora Denunciada ora Recorrida, sequer apelou nesse sentido.

2.1.6 Logo, houve claro e flagrante afronta ao artigo 1.013 do CPC e artigo 515 do CPC/73, eis que ocorreu, no caso, *reformatio in pejus*.

A litisdenunciada Companhia de Seguros Aliança do Brasil ofereceu contrarrazões (e-STJ fls. 464/476).

O agravo (e-STJ fls. 492/499) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil apresentou contraminuta (e-STJ fls. 504/520).

É o relatório.

Decido.

Cuida-se, na origem, de ação de indenização ajuizada por Marcelo da Silva Caldas contra Apomedil S.A. Veículos.

A ré, Apomedil, denunciou à lide a Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

A sentença julgou a ação principal improcedente e, por esse motivo, decidiu que a denunciação à lide estaria prejudicada (e-STJ fls. 305/318). Ao acolher os aclaratórios opostos, o magistrado de primeiro grau entendeu que, "diante da improcedência da ação principal, restou prejudicada a denunciação à lide, devendo os denunciante arcar com o pagamento dos honorários advocatício em favor do patrono da denunciada, verba que vai fixa em R\$ 1.000,00" (326).

Somente o autor, Marcelo da Silva Caldas, interpôs apelação (e-STJ fls. 319/325), na qual requereu a procedência da ação principal para condenar a Apomedil S.A. Veículos.

Em contrarrazões, a Companhia de Seguros Aliança do Brasil argumentou, dentre outros, que, "mesmo que seja dada procedência à ação (o que se admite apenas por amor ao debate), ainda assim há a improcedência da denunciação à lide, demanda esta que não foi aceita pela Recorrida" (e-STJ fl. 341).

O Tribunal *a quo* julgou procedente a ação principal e, por consequência, improcedente a denunciação à lide da seguradora – nos termos da ementa transcrita –, fixando a "verba honorária devida ao procurador da parte denunciada (...) em 15% sobre o valor da condenação, imposta ao denunciante Apomedil" (e-STJ fl. 400).

Nos aclaratórios opostos pela recorrente, Apomedil, o TJRS esclareceu que "toda a matéria fora devolvida a este Tribunal de Justiça em virtude do julgamento de improcedência da lide principal e do recurso de apelação (...) sendo os ônus sucumbenciais a decorrência lógica do resultado da lide" (e-STJ fl. 433).

Irresignada, Apomedil interpôs o especial, sustentando, em síntese, que, ausente a interposição pela ré ou pela denunciada, a denunciação a lide não poderia ter sido novamente apreciada, tampouco a verba honorária da lide secundária poderia ter sido alterada pela Corte local.

Entretanto, o acórdão recorrido, além de estar em consonância com o entendimento jurisprudencial do STJ, encontra amparo em disposição expressa do art. 129 do CPC/2015 (correspondente ao art. 76 do CPC/1973), confira-se:

Art. 129. Se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.

Parágrafo único. Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.

Portanto, se a sentença recorrida julgou a ação principal improcedente e concluiu estar prejudicada a lide secundária, deve o Tribunal, ao reformar a decisão para dar

provimento à demanda principal, julgar a denunciação da lide.

Corroborando o entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. DENUNCIAÇÃO À LIDE. JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA REFORMANDO A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA LIDE PRINCIPAL.

Ao acolher apelação para julgar procedentes embargos de terceiro, improcedentes pela sentença reformada, deve o Tribunal apreciar a lide secundária, em obediência ao disposto no art. 76 do CPC.

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp n. 439.826/PA, Relator Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 11/2/2003, DJ 30/6/2003, p. 257.)

Denunciação da lide pelo reu. Demanda inicial improcedente segundo a sentença, mas procedente segundo o acórdão. No caso de improcedência, falta interesse processual ao reu para apelar. Isto é, rejeitado o pedido principal, tal impede o exame da denunciação. Se o acórdão, porém, inverte o resultado do julgamento, tornando procedente o pedido principal, compete-lhe pronunciar-se sobre a denunciação. Isto é, compete-lhe, então, julgar ambas as ações, a principal e a secundária. Recurso especial conhecido pelo dissídio e provido.

(REsp n. 38.370/MG, Relator Ministro NILSON NAVES, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/8/1994, DJ 26/9/1994, p. 25.647.)

De outro lado, "A fixação de honorários advocatícios é consectário lógico do êxito da pretensão veiculada na fase recursal" (AgRg nos EDcl no REsp n. 940.097/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 4/8/2009, DJe 17/8/2009).

Nesse sentido, observa-se que "o capítulo referente aos honorários advocatícios, embora autônomo, é necessariamente vinculado ao resultado da questão *sub judice*, de modo que pode sofrer influência em caso de retratação, haja ou não recurso da parte. Não há, portanto, falar em preclusão. De outro lado, orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido da não caracterização de decisão extra petita e da não ocorrência de ofensa ao princípio que veda *reformatio in pejus*, quando há nova fixação de honorários de advogado, como decorrência lógica de provimento dado a recurso interposto (REsp 421.014/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJU de 03/08/2006; REsp 577.015/AL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJU de 25/06/2007)" (AgInt no REsp n. 1.766.633/RS, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/2/2019, DJe 6/3/2019).

Assim, a alteração da verba honorária constitui decorrência lógica da modificação da decisão condenatória, não ficando o Tribunal *a quo* vinculado aos honorários fixados no juízo de primeira instância.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO DA AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20 DO CPC/73. DECISÃO

MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A alteração, pelo Tribunal de origem, da fixação dos honorários advocatícios, em decorrência do provimento da apelação para julgar improcedente o pedido inicial, não caracteriza julgamento *extra petita*, pois a modificação da sucumbência se trata de consequência lógica do julgamento.

2. Somente é admissível o exame do valor fixado a título de honorários advocatícios, em sede de recurso especial, em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a natureza irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. Nas causas em que não há condenação, quando os honorários advocatícios são fixados com base na equidade (CPC/73, art. 20, § 4º), o julgador não está obrigado a observar um patamar mínimo sobre o valor da causa. Assim, o conceito de verba ínfima não está necessariamente atrelado ao montante da causa.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 791.397/DF, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018.)

Incide a Súmula n. 83 do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base tanto na alínea "c" quanto na alínea "a" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor do patrono da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator